

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E
CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL
3º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
(Órgão Superior 49000), relativas ao 3º Trimestre
do Exercício de 2023.

Brasília - DF, 30 de outubro de 2023

**MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Fernanda Machiaveli

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Eduardo Franca Neves Bassani

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Emerson Costa Nogueira Sousa

Contexto Operacional

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Medida Provisória 1.154, de 01 de janeiro de 2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;
- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;

- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001

e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da

União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

No que diz respeito aos programas de empréstimos concedidos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, por meio do Terra Brasil, tem por objetivo de promover a compra de terra de trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, estruturação de projetos produtivos. Cabe destacar, nesse programa, a disponibilidade de três linhas de crédito:

1. PNCF. Social – abrange a região Norte e a área da SUDENE. É disponibilizada para o trabalhador rural que possua renda anual de até R\$24.898,49 e patrimônio limitado a R\$40.000,00. Os juros para essa linha de crédito são de 0,05%a.a. Podem obter bônus de 40%.
2. PNCF Mais – possui abrangência nas demais regiões, com exceção da SUDENE. Está disponível para o trabalhador rural que atenda aos seguintes requisitos: renda anual de até R\$49.796,98 e patrimônio líquido limitado a R\$80.000,00. Os juros praticados para essa linha de crédito são de 2,5a.a. Podem obter bônus de 20%.
3. PNCF Empreendedor – abrange todo o Brasil, para trabalhadores rurais que possuem renda anual de até R\$268.903,65 e patrimônio de até R\$500.000,00. Os juros cobrados são de 4%a.a. Nessa linha não há nenhum tipo de bonificação.

É importante ressaltar que para todas essas linhas de crédito disponibilizadas, tanto a renda anual quanto o teto do financiamento são de R\$174.289,41, atualizados anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Além disso, as linhas de crédito mencionadas possuem dois componentes: o subprojeto de aquisição de terras – SAT, para financiamento para a aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento; e o subprojeto de investimentos básicos – SIB, para projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e

financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	2.354.179.709,19		- Despesas Orçamentárias	4.247.870.456,77	-
Ordinárias	464.102.917,70		Ordinárias	1.983.769.290,94	-
Vinculadas	1.692.091.743,54		Vinculadas	2.264.101.165,83	-
Previdência Social (RPPS)	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	78.712.205,75	
Receitas Financeiras	64.501.065,39		Previdência Social (RPPS)	689.327.989,74	-
Alienação de Bens e Direitos	82.244.894,55		Receitas Financeiras	71.695.422,27	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.497.916.698,03		Dívida Pública	398.888.472,78	
Outros Recursos Vinculados	42.277.354,45		Alienação de Bens e Direitos	1.254.075,46	
Recursos a Classificar	5.151.731,12		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.024.222.999,83	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	197.985.047,95				
Transferências Financeiras Recebidas	10.015.195.921,98		- Transferências Financeiras Concedidas	9.119.433.781,42	-
Resultantes da Execução Orçamentária	7.583.651.189,08		Resultantes da Execução Orçamentária	4.918.952.020,90	-
Cota Recebida	2.588.348.777,87		Repasse Concedido	2.131.613.713,18	
Repasse Recebido	2.207.964.103,49		Sub-repasse Concedido	2.787.338.307,72	
Sub-repasse Recebido	2.787.338.307,72		Independentes da Execução Orçamentária	4.200.481.760,52	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.431.544.732,90		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	315.506.434,49	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	581.254.463,47		Demais Transferências Concedidas	726.615.374,53	
Demais Transferências Recebidas	737.003.842,66		Movimento de Saldos Patrimoniais	3.158.359.951,50	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.111.669.707,93		Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.616.718,84		Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-				
Aporte ao RGPS	-		- Pagamentos Extraorçamentários	564.174.938,30	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.649.246.162,88		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	205.621.560,95	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	200.680.033,61		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	349.745.298,20	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.353.251.239,00		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.784.037,69	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.093.924,07		Outros Pagamentos Extraorçamentários	24.041,46	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	78.220.966,20		Valores Compensados	24.041,46	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	306.241,86				
Restituições a Pagar	5.850,00				
Arrecadação de Outra Unidade	69.116.203,13				
Demais Recebimentos	8.792.671,21				
Saldo do Exercício Anterior	3.516.836.795,06		- Saldo para o Exercício Seguinte	3.603.979.412,62	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.516.836.795,06		Caixa e Equivalentes de Caixa	3.603.979.412,62	-
TOTAL	17.535.458.589,11		- TOTAL	17.535.458.589,11	-

2. Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	238.022.743,27	-	PASSIVO CIRCULANTE	30.022.619,34	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.377.307,01	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.530.477,81	-
Créditos a Curto Prazo	211.645.436,26	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	211.645.436,26	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.155.391,26	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	8.519.731,82	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	12.817.018,45	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	31.831.494,28	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	52.995,86	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	52.995,86	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	52.995,86	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	30.022.619,34	-
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-		2023	2022
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	31.218.169,20	-	Resultados Acumulados	239.831.618,21	-
Bens Móveis	5.257.080,20	-	Resultado do Exercício	66.104.152,27	-
Bens Móveis	5.387.308,30	-	Resultados de Exercícios Anteriores	173.727.465,94	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-130.228,10	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	239.831.618,21	-
Bens Imóveis	25.961.089,00	-			
Bens Imóveis	25.961.089,00	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	560.329,22	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	281.260,47	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	281.260,47	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75	-			
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	269.854.237,55	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	269.854.237,55	-

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	26.377.307,01	-	PASSIVO FINANCEIRO	307.130.457,87	-
ATIVO PERMANENTE	243.476.930,54	-	PASSIVO PERMANENTE	12.713.020,32	-
SALDO PATRIMONIAL	49.989.240,64	-			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	70.199.199,44	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	536.690.282,19	-
Atos Potenciais Ativos	70.199.199,44	-	Atos Potenciais Passivos	536.690.282,19	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	69.790.180,50	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	312.825.742,96	-
Direitos Contratuais	409.018,94	-	Obrigações Contratuais	223.864.539,23	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	70.199.199,44	-	TOTAL	536.690.282,19	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-212.296.385,75
Recursos Vinculados	-68.456.765,11
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-248.300,00
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-56.592.565,72
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-11.615.899,39
TOTAL	-280.753.150,86

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.787.030.133,57	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.462.232,83	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.462.232,83	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.594.197.396,92	-
Transferências Intragovernamentais	3.590.960.938,96	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.236.457,96	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	182.348.065,76	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	86.094.595,10	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	96.253.470,66	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.022.438,06	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	8.022.438,06	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.720.925.981,30	-
Pessoal e Encargos	13.924.616,91	-
Remuneração a Pessoal	11.403.514,47	-
Encargos Patronais	1.484.221,91	-
Benefícios a Pessoal	818.039,97	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	218.840,56	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.620,33	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.620,33	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	454.828.203,73	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	454.817.948,05	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.255,68	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.143,69	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.014,67	-
Variações Monetárias e Cambiais	129,02	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.103.499.666,71	-
Transferências Intragovernamentais	3.068.283.626,99	-
Transferências Intergovernamentais	33.719.380,71	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.490.410,89	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.248,12	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	147.585.137,71	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	96.253.470,66	-
Desincorporação de Ativos	51.331.667,05	-

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Tributárias	2.409,31	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	2.409,31	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.063.182,91	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.063.182,91	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	66.104.152,27	-
VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

4. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	132.233,67	132.233,67
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	132.233,67	132.233,67
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	132.233,67	132.233,67
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	132.233,67	132.233,67
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	132.233,67	132.233,67
DEFICIT	-	-	655.855.133,30	655.855.133,30
TOTAL	-	-	655.987.366,97	655.987.366,97
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-30.032.325,00	-	30.032.325,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-30.032.325,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	785.444.772,00	604.445.579,35	470.211.867,81	467.302.750,11	180.999.192,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	12.558.295,60	11.903.530,09	9.240.530,48	-12.558.295,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	785.444.772,00	591.887.283,75	458.308.337,72	458.062.219,63	193.557.488,25
DESPESAS DE CAPITAL	-	91.733.084,00	51.541.787,62	-	-	40.191.296,38
Investimentos	-	91.733.084,00	51.541.787,62	-	-	40.191.296,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	877.177.856,00	655.987.366,97	470.211.867,81	467.302.750,11	221.190.489,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	877.177.856,00	655.987.366,97	470.211.867,81	467.302.750,11	221.190.489,03

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	-	877.177.856,00	655.987.366,97	470.211.867,81	467.302.750,11	221.190.489,03

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	37.057.585,16	15.343.237,69	8.811.411,25	8.811.411,25	2.913.983,15	40.675.428,35
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	37.057.585,16	15.343.237,69	8.811.411,25	8.811.411,25	2.913.983,15	40.675.428,35
DESPESAS DE CAPITAL	41.734.464,73	54.011.957,55	26.454.513,51	26.338.091,51	5.921.977,43	63.486.353,34
Investimentos	41.734.464,73	54.011.957,55	26.454.513,51	26.338.091,51	5.921.977,43	63.486.353,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	78.792.049,89	69.355.195,14	35.265.924,76	35.149.502,76	8.835.960,58	104.161.781,69

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.213.611,58	1.952.756,33	300.000,00	-	6.866.367,91
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.213.611,58	1.952.756,33	300.000,00	-	6.866.367,91
DESPESAS DE CAPITAL	8.076.237,69	5.449.699,86	7.347.417,35	865.800,00	5.312.720,20
Investimentos	8.076.237,69	5.449.699,86	7.347.417,35	865.800,00	5.312.720,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	13.289.849,27	7.402.456,19	7.647.417,35	865.800,00	12.179.088,11

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.782.806,06	-
INGRESSOS	3.326.656.292,42	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	132.233,67	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	3.326.524.058,75	-
Ingressos Extraorçamentários	1.342.906,05	-
Restituições a Pagar	5.850,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.311.166.327,28	-
Arrecadação de Outra Unidade	13.008.975,42	-
DESEMBOLSOS	-3.298.873.486,36	-
Pessoal e Demais Despesas	-465.531.398,17	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-9.689.452,17	-
Organização Agrária	-451.282.229,37	-
Indústria	-	-

	2023	2022
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-4.559.716,63	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-44.162.773,00	-
Intergovernamentais	-36.065.592,86	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-4.712.661,14	-
A Municípios	-31.352.931,72	-
Intragovernamentais	-1.190.687,25	-
Outras Transferências Concedidas	-6.906.492,89	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.789.179.315,19	-
Despêndios Extraorçamentários	-103.804,02	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.785.316.890,75	-
Demais Pagamentos	-3.758.620,42	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-405.499,05	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-405.499,05	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-405.499,05	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.377.307,01	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	26.377.307,01	-

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	173.727.465,94	-	-	173.727.465,94
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	66.104.152,27	-	-	66.104.152,27
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	-	239.831.618,21	-	-	239.831.618,21

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no segundo trimestre de 2023.

Inicialmente cumpre destacar que o Órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, foi recriado no SIAFI no exercício de 2023. Portanto não há dados referentes ao Órgão no exercício de 2022 para servir de parâmetro de comparação para análises horizontais das demonstrações contábeis. Assim, a data base para análise durante todo o exercício de 2023 será janeiro/2023.

Nota 01 - Clientes – CP

O saldo neste grupo de contas se concentra no Órgão 22211 – CONAB, e se referem a duplicatas a receber, referente a prestação de serviços de armazenagem de grãos. A variação percentual na conta se justifica pela sazonalidade dos produtos armazenados, típico dessa prestação de serviços.

O saldo de R\$ 5,9 milhões está registrado nas diversas unidades gestoras operacionais da CONAB.

Nota 02 - Clientes – LP

A variação patrimonial negativa (-100%) nesse grupo de contas, se deram pela baixa do saldo de seis devedores registrados na Unidade da CONAB no estado do Rio de Janeiro, autorizados pelo Superintendente Regional, em conformidade com a Resolução 003/2012 – CONAB.

Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

	JAN/2023	JUN/2023
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	4.309.962,50	19.483.478,71
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.832.792,37	1.277.065,76
VIAGENS - ADIANTAMENTO	120.244,52	907.716,35
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	10.353.507,61	9.644.676,91
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.235.198,74	1.838.168,25
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	90.477.640,56	66.402.826,14
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL		0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	112.357.967,75	99.582.553,57

AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(868.922,81)	(868.922,81)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(868.922,81)	(868.922,81)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	22.265,41	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	4.799.559,73	4.799.559,73
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.680.696,40	6.693.141,84
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45	5,45
ALUGUEIS A RECEBER	351,67	0,00
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	172.297,51	828.979,21
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	3.440,00	6.940,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	652.872,24	28.269,94
CRED A REC POR REEMB SALARIO MATERNIDADE PG	0,00	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	131.391,84	127.687,01
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	29.268.576,03	25.948.407,14
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	57.655.048,87	64.384.317,98
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	98.053.089,52	29.214.476,40
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	185.975.514,16	241.023.843,30
CREDITOS PARCELADOS	4.576.492,68	1.722.387,88
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI		31.622.147,06
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	456.896.313,42	705.502.526,48
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	833.431.640,32	1.100.456.234,78
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	77.037.885,45	79.122.706,10
ICMS DIFERIDO	86.330.334,01	85.477.748,31
IRRF A COMPENSAR	28.420,46	52.261,49
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	1.043,60	6.619.662,43
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	3.130,82	5.928,18
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	678,33	1.284,42
IR E CSLL A RECUPERAR / COMPENSAR - INTRA	0,00	0,00
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	163.401.492,67	171.279.590,93

TOTAL	1.115.002.879,78	1.377.142.603,76
--------------	-------------------------	-------------------------

Verifica-se que 48% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União. Representando 15,62%, os valores se referem a registros de doações de alimentos em atendimento entidades públicas e as de interesse social na suplementação de oferta de alimentos aos segmentos carentes da população; e pagamento de despesas com pagamentos de subvenções econômicas

Nota 04 – Estoques - CP

Do valor total de R\$ 166 milhões, 96% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. A Doação de alimentos dos estoques governamentais visa promover ações de suplementação alimentar, em articulação com entidades públicas e/ou de interesse social, com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional. Podem ser doados produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar (amparado pela Resolução nº 81/2018, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPA); bem como saldos remanescentes de produtos adquiridos para atendimento à Ação de Distribuição de Alimentos - ADA, vinculados ao estoque estratégico, com prazo de validade igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) dias; além de produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), conforme legislação específica.

Nota 05 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 89,80% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 229.190.283.609,09 (duzentos e vinte e nove bilhões, cento e noventa milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e nove reais e nove centavos), assim distribuídos entre os órgãos **que compõem o Ministério:**

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	226.560.323.468,76	301.993.791,23	
BENS DOMINICAIS	1.788.898.986,41		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	462.690.730,81	19.289.332,90	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.727.758,41	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	14.528.545,71	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.439.023,35		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(32.745.762,93)	(225.507.753,18)	
TOTAL	228.800.387.240,12	105.681.763,86	25.961.089,00

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	100.588.403.965,64
TERRENOS, GLEBAS	124.841.560.855,51
EDIFÍCIOS	285.192.549,32
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	60.214.119,42
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.015.861,16
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	1.078.929.908,94
TOTAL	226.862.317.259,99

As contas Fazendas, Parque e Reservas; e Terrenos e Glebas, que representam 99,36% dos bens de Uso Especial, estão registradas no INCRA se referem a bens dominicais destinados à reforma agrária, classificados como bens de uso especial por determinação da Portaria Conjunta STN-SPU no 3/2014, que obriga o uso do SPIUnet para a gestão dos bens imóveis do Incra. Esse sistema faz o controle patrimonial e os registros contábeis no SIAFI, mas somente movimentava contas de bens imóveis de uso especial.

Os imóveis destinados à reforma agrária, inseridos no SPIUnet, são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

No escopo da auditoria financeira do Balanço Geral da União (BGU) 2022, realizado pela Controladoria Geral da União (CGU), foram identificadas distorções, que resultavam em subavaliação de R\$ 134,04 bilhões no Ativo do INCRA. A Autarquia vem sendo acompanhada pelo Órgão de Controle para correção das distorções.

Nota 06 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 9,17 bilhões, 80,66% se referem a conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Nota 07 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos - LP

Nessa conta estão registrados os empréstimo e financiamentos concedidos por INCRA e CONAB, com a seguinte distribuição:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	SALDO (EM R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	6.334.134.479,38
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	3.134.438.192,61
TOTAL	9.468.572.671,99

No âmbito do INCRA, os empréstimos se destinam a agricultores assentados, para a aquisição e/ou investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, aquisição de insumos e outros.

Já no Fundos de Terras, os financiamentos se destinam a promover a aquisição de terras por trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, e estruturação de projetos produtivos.

Nota 08 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.078.979.412,62
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	430.673.867,98
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	26.377.307,01
FUNDO DE TERRAS	68.192.148,24
TOTAL	3.603.979.412,62

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	2.546.528.340,66
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA EM TRANSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.232.132,61
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	888.703.857,50
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	118.502.500,01
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO-PAGTO INST - OFSS	115.540,39
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- OP/PI - OFSS	0,00
TOTAL	3.603.979.412,62

Do valor total registrado, 71% se referem a Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA, e se referem às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária

Nota 09 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 88 milhões, que se referem a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, registrados no INCRA;
- b) E os Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 1,95 bilhão (94% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. Referem-se a valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, em poder do BNDES, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do PNCF.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 10 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 6,2 bilhões, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,2 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 11 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Do valor total de R\$ 941 milhões, 52% estão registrados na CONAB, e se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos. Outros 42% se referem a Termos de Execução Descentralizada a Comprovar, firmados por INCRA, CONAB e MDA.

Nota 12 – Outras Obrigações a Longo Prazo

O valor total de R\$ 994 milhões, que correspondem a 35,27% do passivo total do órgão Superior, está registrado na CONAB e decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a Empresa e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Em junho/2023 foi paga a parcela 45/228 do acordo.

Nota 13 – Provisões para Riscos Trabalhistas - CP

Nessa rubrica estão registrados Riscos Trabalhistas, registrados pela CONAB, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia, num total de R\$ 246 milhões, o que representa 8,75% do passivo total do órgão Superior.

Nota 14 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Representando 2,08% do passivo total do órgão, esse grupo de contas tem saldo de R\$ 87 milhões, assim distribuídos pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO		SALDO - R\$
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	40.006.463,95
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	42.299.501,53
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	5.155.391,26
TOTAL		87.461.356,74

Nota 15 – Transferências Intragovernamentais (VPA)

As transferências intragovernamentais representam 72,48% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, muito impactadas pelas transferências dos saldos contábeis do Ministério da Agricultura e Pecuária para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em função da reforma administrativa promovida pela MP 1.154/2023.

Nota 16 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 8,72% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 1,7 bilhão, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

Nota 17 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Do valor total registrado nesse grupo de VPAs, R\$ 231 milhões (78%) se referem ao recebimento de transferência de bens imóveis de uso especial pela Superintendência do INCRA no estado do Mato Grosso do Sul, da Superintendência do Patrimônio da União do mesmo estado federativo, no mês de janeiro.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA

Contador Responsável

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar